

Canarana  
Transmissora de  
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis  
Regulatórias 31 de dezembro de  
2021 com Relatório do Auditor  
Independente**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>15</b>

## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas,**

A **Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

### **1) A companhia**

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

### **2) Setor elétrico – segmento de transmissão**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	261,99
Tensão em kV:	230
Subestações próprias/ acessadas:	2

### **3) Desempenho Financeiro**

#### **3.1) Receita**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 74.361 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 68.817 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezessete mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	2,42	1,99
• Liquidez corrente	3,24	1,47
• Relação patrimônio líquido/ativo	58,63%	49,81%
• Relação passivo não circulante/ativo	34,83%	40,47%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	26,61%	30,15%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	35,52%	44,77%
Ativos Totais	307.119	290.701
Lucro líquido do exercício	47.915	43.656

### 4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### 5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

## **6) Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da  
Canarana Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Canarana Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Canarana Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC/RJ-086312/O-6



# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.851	13.375
Concessionárias e permissionárias	8	7.746	7.662
Contas a receber - partes relacionadas	26	834	1.711
Adiantamento a fornecedor		1.710	1.686
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	10	22.051	16.610
Outros impostos a recuperar	10	589	214
Estoques		150	-
Outros ativos circulantes		159	168
		<b>65.090</b>	<b>41.426</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	4.659	4.612
Outros ativos não circulantes		-	167
Imobilizado	11	233.345	240.455
Intangível	12	4.025	4.041
		<b>242.029</b>	<b>249.275</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>307.119</b>	<b>290.701</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	13	2.160	2.743
Fornecedores - partes relacionadas	26	820	757
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	10.966	10.958
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	3.662	2.284
Outros impostos a pagar	15	641	2.024
Taxas regulamentares	16	406	793
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	18	-	7.327
Outros passivos circulantes		1.418	1.355
		<b>20.073</b>	<b>28.241</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	106.885	117.485
Provisão para contingências	17	90	167
		<b>106.975</b>	<b>117.652</b>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		84.001	84.001
Reserva de retenção de lucros		174.423	143.324
Reserva de incentivos fiscais		22.396	13.645
Reserva legal		12.328	9.564
Prejuízo acumulado		(113.077)	(105.726)
		<b>180.071</b>	<b>144.808</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>307.119</b>	<b>290.701</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	71.229	66.798
Custo da operação	20	<u>(12.204)</u>	<u>(11.934)</u>
Lucro bruto		59.025	54.864
Despesas gerais e administrativas	21	(3.616)	(3.520)
Outras despesas/receitas operacionais	23	<u>8.556</u>	<u>13.489</u>
Lucro antes do resultado financeiro		63.965	64.833
Resultado financeiro	24	<u>(5.550)</u>	<u>(9.266)</u>
Receita financeira		2.632	282
Despesa financeira		(8.182)	(9.548)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>58.415</u>	<u>55.567</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<u>(10.500)</u>	<u>(11.911)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>47.915</u></b>	<b><u>43.656</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	47.915	43.656
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>47.915</u></b>	<b><u>43.656</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) Acumulado	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>84.001</b>	<b>6.642</b>	<b>110.074</b>	<b>-</b>	<b>(90.945)</b>	<b>109.772</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.656	43.656
Constituição da reserva legal	-	2.922	-	-	(2.922)	-
Provisão de incentivos fiscais (nota explicativa 18)	-	-	-	13.645	(13.645)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 18)	-	-	(8.620)	-	-	(8.620)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	41.870	-	(41.870)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>84.001</b>	<b>9.564</b>	<b>143.324</b>	<b>13.645</b>	<b>(105.726)</b>	<b>144.808</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.915	47.915
Constituição da reserva legal	-	2.764	-	-	(2.764)	-
Provisão de incentivos fiscais (nota explicativa 18)	-	-	-	8.751	(8.751)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 18)	-	-	-	-	(3.903)	(3.903)
Dividendos intermediários conf RCA de 25 de junho de 2021	-	-	(5.989)	-	-	(5.989)
Dividendos intermediários conf RCA de 30 de novembro de 2021	-	-	-	-	(2.760)	(2.760)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	37.088	-	(37.088)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>84.001</b>	<b>12.328</b>	<b>174.423</b>	<b>22.396</b>	<b>(113.077)</b>	<b>180.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Canarana Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>58.415</b>	<b>55.567</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	14	8.120	8.957
Depreciação e amortização		7.559	7.542
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8	(112)	96
Provisão para contingências	17	(77)	167
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		28	(359)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(5.441)	(12.981)
Outros impostos a recuperar		(375)	(79)
Adiantamentos a fornecedores		(24)	2.225
Contas a receber - partes relacionadas		878	(1.697)
Estoques		(122)	(28)
Outros ativos		150	(267)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(522)	(1.540)
Tributos e contribuições sociais		1.515	5.865
Taxas regulamentares		(386)	286
Juros pagos	14	(8.112)	(9.018)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(5.908)	(14.568)
Outros impostos pagos		(6.697)	(9.224)
Outros passivos		64	22
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>48.953</b>	<b>30.966</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	11/12	(434)	(933)
Títulos e valores mobiliários		(46)	400
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(480)</b>	<b>(533)</b>
Empréstimos e financiamentos pagos	14	(10.600)	(10.600)
Dividendos pagos	18	(8.752)	(42)
Juros sobre capital próprio pagos	18	(10.645)	(13.031)
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(29.997)</b>	<b>(23.673)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>18.476</b>	<b>6.760</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>13.375</b>	<b>6.615</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>31.851</b>	<b>13.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Da concessão**

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais) e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 262km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

#### **1.2 Receita anual permitida (RAP)**

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais) (valor histórico), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 68.817 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezessete mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 74.361 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

### **1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

### **1.4 Coronavírus (COVID-19)**

#### ***Contexto geral***

Em 11 de março de 2021, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2021, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.



### ***Impacto nas demonstrações financeiras***

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,8% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,04% em 2020 e 0,3% no exercício de 2021, nos montantes de R\$3 (três mil reais) e R\$ 24 (vinte e quatro mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

## **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

### **3 Resumo das principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

#### **3.1 Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

#### **3.2 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

### **4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

#### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

## **4.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

## **4.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **4.5 Impostos**

##### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

##### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

#### **4.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro.. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

#### **4.8 Ativos e Passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 4.10 Instrumentos financeiros

##### a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
  - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
  - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**4.11 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**4.12 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) **Outras normas**  
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
  - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
  - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.



## 6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>65.090</b>	<b>71.422</b>	<b>136.512</b>	<b>41.426</b>	<b>68.083</b>	<b>109.509</b>
Caixa e equivalentes de caixa		31.851	-	31.851	13.375	-	13.375
Concessionárias e permissionárias		7.746	-	7.746	7.662	-	7.662
Contas a receber – partes relacionadas		834	-	834	1.711	-	1.711
Adiantamentos a fornecedor		1.710	-	1.710	1.686	-	1.686
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		22.051	-	22.051	16.610	-	16.610
Outros impostos a recuperar		589	-	589	214	-	214
Estoques		150	-	150	-	-	-
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	71.422	71.422	-	68.083	68.083
Outros ativos circulantes		159	-	159	168	-	168
Ativo não circulante		<b>242.029</b>	<b>305.389</b>	<b>547.418</b>	<b>249.275</b>	<b>284.100</b>	<b>533.375</b>
Ativo de contrato	<b>a</b>	-	542.638	542.638	-	528.435	528.435
Títulos e valores mobiliários		4.659	-	4.659	4.612	-	4.612
Outros ativos não circulantes		-	-	-	167	-	167
Imobilizado	<b>b</b>	233.345	(233.252)	93	240.455	(240.336)	119
Intangível	<b>b</b>	4.025	(3.997)	28	4.041	(3.999)	42
		<b>307.119</b>	<b>376.811</b>	<b>683.930</b>	<b>290.701</b>	<b>352.183</b>	<b>642.884</b>

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>20.073</b>	<b>5.480</b>	<b>25.553</b>	<b>28.241</b>	<b>5.480</b>	<b>33.721</b>
Fornecedores terceiros	f	2.160	5.480	7.640	2.743	5.480	8.223
Fornecedores partes relacionadas		820	-	820	757	-	757
Empréstimos e financiamentos		10.966	-	10.966	10.958	-	10.958
Impostos e contribuição social a pagar		3.662	-	3.662	2.284	-	2.284
Outros impostos a pagar		641	-	641	2.024	-	2.024
Taxas regulamentares		406	-	406	793	-	793
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		-	-	-	7.327	-	7.327
Outros passivos circulantes		1.418	-	1.418	1.355	-	1.355
Passivo não circulante		<b>106.975</b>	<b>170.718</b>	<b>277.693</b>	<b>117.652</b>	<b>153.441</b>	<b>271.093</b>
Empréstimos e financiamentos - terceiros		106.885	-	106.885	117.485	-	117.485
Provisão para contingências		90	-	90	167	-	167
Impostos diferidos	c	-	170.718	170.718	-	153.441	153.441
Patrimônio líquido		<b>180.071</b>	<b>200.613</b>	<b>380.684</b>	<b>144.808</b>	<b>193.262</b>	<b>338.070</b>
Capital social		84.001	-	84.001	84.001	-	84.001
Reserva de retenção de lucros		174.423	87.536	261.959	143.324	-	143.324
Reserva de incentivos fiscais		22.396	-	22.396	13.645	-	13.645
Reserva especial de lucros a realizar		-	-	-	-	87.536	87.536
Reserva legal		12.328	-	12.328	9.564	-	9.564
Prejuízo acumulado	d/e	(113.077)	113.077	-	(105.726)	105.726	-
		<b>307.119</b>	<b>376.811</b>	<b>683.930</b>	<b>290.701</b>	<b>352.183</b>	<b>642.884</b>

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	71.229	15.920	87.149	66.798	15.377	82.175
Custo da operação	e	<u>(12.204)</u>	<u>7.085</u>	<u>(5.119)</u>	<u>(11.934)</u>	<u>6.566</u>	<u>(5.368)</u>
Lucro bruto		<b>59.025</b>	<b>23.005</b>	<b>82.030</b>	<b>54.864</b>	<b>21.943</b>	<b>76.807</b>
Despesas gerais e administrativas		(3.616)	-	(3.616)	(3.520)	-	(3.520)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>8.556</u>	<u>-</u>	<u>8.556</u>	<u>13.489</u>	<u>-</u>	<u>13.489</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<b>63.965</b>	<b>23.005</b>	<b>86.970</b>	<b>64.833</b>	<b>21.943</b>	<b>86.776</b>
Resultado financeiro		<u>(5.550)</u>	<u>-</u>	<u>(5.550)</u>	<u>(9.266)</u>	<u>-</u>	<u>(9.266)</u>
Receita financeira		2.632	-	2.632	282	-	282
Despesa financeira		<u>(8.182)</u>	<u>-</u>	<u>(8.182)</u>	<u>(9.548)</u>	<u>-</u>	<u>(9.548)</u>
Lucro antes dos impostos		<b>58.415</b>	<b>23.005</b>	<b>81.420</b>	<b>55.567</b>	<b>21.943</b>	<b>77.510</b>
IRPJ e CSLL correntes		(10.500)	-	(10.500)	(11.911)	-	(11.911)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>-</u>	<u>(15.653)</u>	<u>(15.653)</u>	<u>-</u>	<u>(7.162)</u>	<u>(7.162)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>47.915</u></b>	<b><u>7.352</u></b>	<b><u>55.267</u></b>	<b><u>43.656</u></b>	<b><u>14.781</u></b>	<b><u>58.437</u></b>

## 6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>	<b>380.684</b>	<b>338.070</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(614.060)	(596.518)
Imobilizado	233.252	240.336
Intangível	3.997	3.999
Fornecedores Terceiros	5.480	5.480
Impostos Diferidos Passivos	170.718	153.441
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>	<b>180.071</b>	<b>144.808</b>

## 6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>55.267</b>	<b>58.437</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(84.898)	(82.483)
Margem de construção	69.181	65.501
Ajuste de parcelas variáveis	(1.395)	972
PIS/COFINS Diferido	1.623	1.567
Depreciação regulatória	(7.516)	(7.500)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	15.653	7.162
<b>Lucro Líquido Regulatório</b>	<b>47.915</b>	<b>43.656</b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

### *Ativo de Contrato*

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

**b. Imobilizado e intangível**

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

**c. Impostos diferidos**

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. Receita**

- (a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

**e. Custo de operação e manutenção e custo de construção**

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

**f. Fornecedores terceiros**

A variação do saldo da conta de fornecedores entre a demonstração contábil regulatória e a demonstração financeira é devida pela provisão para encerramento de obra no societário, que para fins regulatórios são absorvidos no grupo de ativo imobilizado.

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa	1	1
Banco	465	264
Aplicações financeiras (i)	31.385	13.110
	<b>31.851</b>	<b>13.375</b>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 103,6% da taxa CDI. Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP) combinadas com menor pagamento de impostos em função do aproveitamento do benefício fiscal.

**8 Concessionárias e permissionárias**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer	7.655	7.284
Vencidas até 30 dias	5	3
Vencidas até 60 dias	-	4
Vencidas até 90 dias	1	3
Vencidas até 120 dias	-	2
Vencidas até 180 dias	-	3
Vencidas há mais de 180 dias	156	546
	7.817	7.845
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(71)	(183)
	<b>7.746</b>	<b>7.662</b>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo em 1º de janeiro	(183)	(87)
Provisão	112	(96)
	<b>(71)</b>	<b>(183)</b>
Saldo em 31 de dezembro	<b>(71)</b>	<b>(183)</b>

## 9 Títulos e valores mobiliários

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Conta reserva - financiamentos	4.659	4.612
	<b>4.659</b>	<b>4.612</b>
	<b>4.659</b>	<b>4.612</b>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 14).

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

## 10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IRPJ saldo negativo (i)	17.890	14.341
CSLL saldo negativo (i)	4.160	2.269
IRRF a recuperar	1	-
	<b>22.051</b>	<b>16.610</b>
	<b>22.051</b>	<b>16.610</b>



### **Outros impostos a recuperar**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PIS a recuperar	79	13
COFINS a recuperar	364	61
IRRF retido de clientes	64	64
CSLL retido de clientes	30	30
ICMS a recuperar	43	37
Outros	9	9
	<hr/>	<hr/>
	<b>589</b>	<b>214</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

- (i) Variação refere-se substancialmente a alteração das bases de cálculo (CPC 47 e ICPC 01) de períodos anteriores gerando saldo negativo no exercício de 2021.

## 11 Imobilizado

### 11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>256.117</b>	-	-	<b>113</b>	<b>256.230</b>	<b>113</b>	<b>(26.867)</b>	<b>229.363</b>	<b>236.766</b>
Terrenos	283	-	-	-	283	-	-	283	283
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.924	-	-	14	6.938	14	(896)	6.042	6.278
Máquinas e equipamentos	248.742	-	-	99	248.841	99	(25.936)	222.905	230.048
Veículos	131	-	-	-	131	-	(28)	103	122
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(7)	30	35
<b>Administração</b>	<b>168</b>	-	-	-	<b>168</b>	-	<b>(85)</b>	<b>83</b>	<b>109</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	162	-	-	-	162	-	(84)	78	104
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6	-	(1)	5	5
	<b>256.285</b>	-	-	<b>113</b>	<b>256.398</b>	<b>113</b>	<b>(26.952)</b>	<b>229.446</b>	<b>236.875</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>3.569</b>	<b>676</b>	<b>(244)</b>	<b>(113)</b>	<b>3.888</b>	<b>319</b>	-	<b>3.888</b>	<b>3.569</b>
Máquinas e equipamentos	62	78	-	(99)	41	(21)	-	41	62
Outros	3.507	598	(244)	(14)	3.847	340	-	3.847	3.507
<b>Administração</b>	<b>11</b>	-	-	-	<b>11</b>	-	-	<b>11</b>	<b>11</b>
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11	-	-	11	11
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>3.580</b>	<b>676</b>	<b>(244)</b>	<b>(113)</b>	<b>3.899</b>	<b>319</b>	-	<b>3.899</b>	<b>3.580</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>259.865</b>	<b>676</b>	<b>(244)</b>	-	<b>260.297</b>	<b>432</b>	<b>(26.952)</b>	<b>233.345</b>	<b>240.455</b>

## 11.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021		2020	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	256.230	(26.867)	229.363	236.766
Administração	7,51%	168	(85)	83	109
		<b>256.398</b>	<b>(26.952)</b>	<b>229.446</b>	<b>236.875</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

### 11.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2021

<b>Transmissão</b>	<b>Valor</b>
Máquinas e Equipamentos	78
Desenvolvimento de Projetos	82
Material em Depósito	57
Adiantamentos a Fornecedores	459
	676

### 11.4 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2021

<b>Transmissão</b>	<b>Valor</b>
Desenvolvimento de Projetos	(61)
Material em Depósito	(56)
Adiantamentos a Fornecedores	(127)
	(244)

### 11.5 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

<b>Transmissão</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
Valor ref. NF 000110316 Hilti do Brasil Ltda - Material para obra	Edificações, obras civis e benfeitorias	14
1 valor ref. NF 000000033 Vant Visual Solucoes - Implantação DJI MAVIC AIR Combo	Maquinas e Equipamentos	14
2 Valor ref. NF 000000029 Vant Visual Solucoes + DJI MAVIC AIR Combo	Maquinas e Equipamentos	1
3 NF 403 - Los Andes World Trade Ltda - Antena externa	Maquinas e Equipamentos	24
4 NF 403 - Los Andes World Trade Ltda - Telefone	Maquinas e Equipamentos	56
5 Valor ref. NF 000001759 Megatech Informatica Eireli - Tablet Galaxy S6 LITE Cinza	Maquinas e Equipamentos	4
6		

### 11.6 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2021

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2021.

## 12 Intangível

### 12.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo intangível em serviço</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>2.982</b>	-	-	<b>2.982</b>	-	<b>(1)</b>	<b>2.981</b>	<b>2.981</b>
Servidões	2.978	-	-	2.978	-	-	2.978	2.978
Softwares	4	-	-	4	-	(1)	3	3
<b>Administração</b>	<b>86</b>		<b>1</b>	<b>87</b>	<b>1</b>	<b>(62)</b>	<b>25</b>	<b>42</b>
Servidões	86	-	-	86	-	(62)	24	42
Software	-	-	1	1	1	-	1	-
	<b>3.068</b>	-	<b>1</b>	<b>3.069</b>	<b>1</b>	<b>(63)</b>	<b>3.006</b>	<b>3.023</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>1.017</b>	-	-	<b>1.017</b>	-	-	<b>1.017</b>	<b>1.017</b>
Depósitos judiciais	1.007	-	-	1.007	-	-	1.007	1.007
Softwares	10	-	-	10	-	-	10	10
<b>Administração</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(1)</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	-	<b>2</b>	<b>1</b>
Softwares	1	2	(1)	2	1	-	2	1
	<b>1.018</b>	<b>2</b>	<b>(1)</b>	<b>1.019</b>	<b>1</b>	-	<b>1.019</b>	<b>1.018</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>4.086</b>	<b>2</b>	-	<b>4.088</b>	<b>2</b>	<b>(63)</b>	<b>4.025</b>	<b>4.041</b>

## 12.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2021		2020	
		Valor Bruto	Amortização acumulada (i)	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	0,15%	2.982	(1)	2.981	2.981
Administração	10,00%	87	(62)	25	42
		<b>3.069</b>	<b>(63)</b>	<b>3.006</b>	<b>3.023</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

## 12.3 Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2021

Não houve aquisições de ativo intangível em curso no exercício de 2021.

## 12.4 Principais adições do ativo intangível em serviço 2021

Não houve adições de ativo intangível em curso no exercício de 2021.

## 12.5 Principais baixas do ativo intangível em serviço 2021

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2021.

## 13 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra	1.598	2.171
Fornecedores relacionados à construção	490	475
Gastos ambientais e fundiários	1	53
Prestadores de serviços	59	36
Outros	12	8
	<b>2.160</b>	<b>2.743</b>

## 14 Empréstimos e financiamentos

### a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	out/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	117.851	128.443
					<b>117.851</b>	<b>128.443</b>
Circulante					10.966	10.958
Não circulante					106.885	117.485
					<b>117.851</b>	<b>128.443</b>

**b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	128.443	8.120	(8.112)	-	(10.600)	117.851
<b>Total</b>	<b>128.443</b>	<b>8.120</b>	<b>(8.112)</b>	<b>-</b>	<b>(10.600)</b>	<b>117.851</b>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES	139.104	8.957	(9.018)	-	(10.600)	128.443
<b>Total</b>	<b>139.104</b>	<b>8.957</b>	<b>(9.018)</b>	<b>-</b>	<b>(10.600)</b>	<b>128.443</b>

***BNDES***

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

**c. Garantias**

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

**d. Covenants**

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>65.615</b>
(+) EBITDA	71.523
(-) Pagamento de IR + CS	(5.908)
 <b>B) Serviço da Dívida</b>	 <b>18.712</b>
(+) Amortização de dívida	10.600
(+) Pagamento de juros	8.112
 <b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	 <b>3,5</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	180.069
Ativo Total (B)	307.116
 <b>Índice de Capitalização (A/B)</b>	 <b>59%</b>

**e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

	<b>Amortização</b>
2023	10.611
2024	10.619
2025	10.627
2026	10.634
2027 -2033	64.394
	<hr/>
	<b>106.885</b>
	<hr/> <hr/>



## 15 Impostos e contribuições sociais a pagar

### Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	517	-
CSLL (i)	3.145	2.284
	<u>3.662</u>	<u>2.284</u>

### Outros impostos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	90	105
COFINS	418	485
INSS empregado	80	91
ISS terceiros	11	1
IRRF (ii)	5	1.306
Outros	37	36
	<u>641</u>	<u>2.024</u>

- (i) Variação refere-se a mudança ocorrida nos exercícios de 2021 e 2020 em algumas premissas da base de cálculo de apuração (ICPC 01) gerando impacto no imposto de renda e contribuição social a pagar
- (ii) Redução ocorreu pois no segundo semestre houve um aumento no fluxo de compensação com saldo negativo.

## 16 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	24	22
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	382	771
	<u>406</u>	<u>793</u>

- (i) **P&D**  
 Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.
- (ii) **TFSEE**  
 Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 285 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

## 17 Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos fiscais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	-	167
Fiscais	90	-
	<b>90</b>	<b>167</b>
	<b>90</b>	<b>167</b>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de Provisões com prognóstico de perda provável da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>167</b>	-	<b>167</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	(167)	90	(77)
Atualizações monetárias	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>90</b>	<b>90</b>
		Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		-	-
Adições e reversões, líquidas		167	167
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>167</b>	<b>167</b>

- (i) No que diz respeito à reversão trabalhista ocorrida no exercício de 2021, trata-se de reclamação trabalhista número 0001294-21.2017.5.05.0651, movida por empregado de terceiro, contendo pedido de responsabilidade subsidiária da Companhia, com valor de R\$ 167 (cento e setenta e sete mil reais), sendo que depois de proferida decisão final de mérito, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor, o valor da condenação foi integralmente pago pelo próprio terceiro, e por isso houve reversão integral.

Com relação à provisão de R\$ 90 (noventa mil reais), trata-se de ação de cobrança ajuizada contra a Companhia referente ao processo 0001938-27.2020.8.19.0001, visando a cobrança de valor supostamente devido a título de ISSQN, o que não foi reconhecido pela Companhia, mas por força de decisão de mérito desfavorável, constitui-se uma provisão.

### **Contingências possíveis (não provisionadas)**

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (ii)	1.905	1.553
Servidão (iii)	-	650
	<u>1.905</u>	<u>2.203</u>

- (ii) Processos Fiscais: Refere-se principalmente a cobrança administrativa em 29 de maio de 2020, do auto de Infração nº 141337003002020126 (e-process nº 5755107/2020), visando a cobrança de supostos débitos de ICMS Diferencial de Alíquota feita pelo Estado de Mato Grosso, no valor histórico de R\$ 1.215 (um milhão, duzentos e quinze mil reais) e valor atual de R\$ 1.815 (um milhão, oitocentos e quinze mil reais)
- (iii) Servidões: São ações nas quais a Companhia discute indenizações por servidões de passagem constituídas em razão da instalação de suas linhas de transmissão de energia elétrica. Variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para remoto.

## **18 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) dividido em 84.001 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>

### **a. Reserva Legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

### **b. Reserva de retenção de lucros**

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

Conforme AGO de 30 de Abril de 2021, o valor remanescente de 33.249 (trinta e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil reais), deverá integrar a reserva de lucros da Companhia, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos acionistas, de acordo com a proposta de orçamento de capital aprovada

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.989 (cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021.

**c. Reserva de incentivos fiscais**

A Companhia goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT, incluído na área incentivada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Assim, goza de benefício para a redução do imposto de renda concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 13.645 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.396 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil reais).

**d. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício - societário	55.267	58.437
Reserva legal (5%)	(2.764)	(2.922)
Base de cálculo para os dividendos	<u>52.503</u>	<u>55.515</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<b>525</b>	<b>555</b>
Provisão de Juros sobre capital próprio	<u>(3.902)</u>	<u>(8.620)</u>

Através de AGE de 28 de dezembro de 2020 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 8.620 (oito milhões, seiscentos e vinte mil reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.293 (um milhão, duzentos e noventa e três mil reais), o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 7.327 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil reais). Esse montante foi pago em julho e agosto de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.989 (cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o balanço semestral, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.760 (dois milhões setecentos e sessenta mil reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.903 (três milhões novecentos e três mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 585 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$3.318 (três milhões, trezentos e dezoito mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

## 19 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>79.207</b>	<b>74.637</b>
Receita de rateio de antecipação	(330)	(1.205)
Receita de encargos de transmissão (i)	64.808	61.725
Recuperação de PIS e COFINS	6.852	6.460
Receita Rede de Fronteira	4.782	4.401
Receita de CCT	2.193	2.648
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.526)	(1.470)
Indisponibilidade de equipamentos	(147)	(110)
Descontos Incidentes na TUST	2.575	2.188
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(7.978)</b>	<b>(7.839)</b>
PIS	(1.247)	(1.232)
COFINS	(5.742)	(5.675)
P&D	(712)	(668)
TFSEE	(277)	(264)
	<b>71.229</b>	<b>66.798</b>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2021.

## 20 Custo da Operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.508)	(3.160)
Material	(330)	(202)
Serviços de terceiros	(439)	(504)
Depreciação e amortização	(7.516)	(7.500)
Gastos diversos	(284)	(380)
Outros	(127)	(188)
	<b>(12.204)</b>	<b>(11.934)</b>

## 21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(2.414)	(2.097)
Administradores	(189)	(226)
Material	(75)	(58)
Serviços de terceiros	(517)	(647)
Arrendamentos e aluguéis	(80)	(91)
Doações	(19)	(19)
Provisões (i)	23	(96)
Tributos	(3)	(4)
Depreciação e amortização	(43)	(42)
Outras	(299)	(240)
	<u>(3.616)</u>	<u>(3.520)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a provisão de litígios fiscais conforme nota explicativa 14 e reversão de provisão para crédito esperada devido ao recebimento de clientes vencidos há mais de 90 dias.

## 22 Despesas com pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração	(2.281)	(2.086)
Encargos	(776)	(688)
Outros Benefícios - Corrente	(381)	(379)
Outros	(70)	(7)
	<u>(3.508)</u>	<u>(3.160)</u>
 <b>Pessoal - administração</b>	 <b>2021</b>	 <b>2020</b>
Remuneração	(1.380)	(1.147)
Encargos	(542)	(463)
Benefícios	(249)	(257)
Administradores	(189)	(226)
Outros	(243)	(230)
	<u>(2.603)</u>	<u>(2.323)</u>
	<u>(6.111)</u>	<u>(5.483)</u>

## 23 Outras receitas (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva SUDAM (i)	8.751	13.645
Pessoal	(174)	(156)
Outras despesas	(21)	-
	<u>8.556</u>	<u>13.489</u>

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020. A redução refere-se a ajuste no tratamento das Receitas de O&M (ICPC 10) e Outras Receitas (CPC 47) que impactou no valor da reserva.

## 24 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita financeira</b>	<u>2.632</u>	<u>282</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	1.280	292
Tributos sobre receitas financeiras	(128)	(14)
Outras receitas financeiras (ii)	1.480	4
<b>Despesa financeira</b>	<u>(8.182)</u>	<u>(9.548)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.120)	(8.957)
Outras despesas financeiras	(62)	(591)
	<u>(5.550)</u>	<u>(9.266)</u>

- (i) Variação refere-se ao aumento dos valores de aplicações durante o ano de 2021.  
(ii) Aumento refere-se à atualização selic do saldo negativo de IRPJ 2018.

## 25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.420	77.510
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.191	1.184
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Ajustes ICPC 01	(41.927)	(17.966)
Doações e Subv. para Investimento	(8.750)	(13.645)
Juros s/ Capital Próprio	(3.903)	(8.620)
<b>Lucro Real</b>	<u>28.031</u>	<u>38.463</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(6.984)	(9.592)
Inc. Fiscais	(993)	1.142
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<u>(7.977)</u>	<u>(8.450)</u>
<b>CSLL (9%)</b>	<u>(2.523)</u>	<u>(3.461)</u>
IR e CS correntes	(10.500)	(11.911)
Alíquota efetiva	<b>13%</b>	<b>19%</b>

## 26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### 26.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>834</u>	<u>1.711</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	834	810
Outros	-	901

### 26.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>820</u>	<u>757</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	820	757

### 26.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>270</u>	<u>281</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	338	362
Despesa de aluguel (ii)	(68)	(81)

- (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

### 26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	121	350
Benefícios diretos e indiretos	36	61
Encargos	119	188
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>169</u>	<u>348</u>
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>445</b>	<b>947</b>

- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.



## 27 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.851	13.375
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Concessionárias e permissionárias	8	7.746	7.662
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Financiamentos - terceiros	14	117.851	128.443
Fornecedores - terceiros	13	2.160	2.743
Fornecedores - partes relacionadas	26	820	757

## 27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

### a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

### b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

*Efeito em Reais Mil*

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	31.851	13.375
Títulos de Valores Mobiliários	4.659	4.612
Concessionária e Permissionárias	7.746	7.662
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	117.851	128.443

### c. *Riscos cambiais*

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

**d. Risco de crédito**

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

**e. Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	94.121	94.121
Veículos	Carros	186	125
		<u>114.307</u>	<u>114.246</u>